

1/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) não existe hipótese de ocorrer intervenção sem que seja nomeado um interventor;
- b) no caso de ofensa aos princípios constitucionais da forma republicana, do sistema federativo e do regime democrático, a intervenção depende de representação do Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal, representação esta que caracteriza, no caso concreto, ação direta de inconstitucionalidade;
- c) o ato de intervenção, por sua natureza política, não é suscetível de controle judicial;
- d) a União não tem responsabilidade pelos atos lesivos eventualmente praticados pelo interventor quando no exercício da administração estadual.

Alternativa correta: B – art. 34, VII c/c art. 36, III

2/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) só as pessoas e entidades expressamente indicadas na Constituição Federal tem legitimidade para suscitar a questão de constitucionalidade por exceção;
- b) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de inconstitucionalidade, não tem força vinculante, mas produzem efeitos contra todos;
- c) tanto a ação direta de inconstitucionalidade quanto a declaratória de constitucionalidade tem natureza dúplice e produzem efeitos *ex tunc*;
- d) as ações diretas de constitucionalidade, ao contrário das ações de inconstitucionalidade, não comportam medida cautelar.

Alternativa correta: C

3/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) o poder de emendar a Constituição não está sujeito ao controle jurisdicional e constitucionalidade;
- b) concluída a revisão constitucional prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ficou exaurido o poder revisional e não há como repetir o procedimento esgotado;
- c) a Constituição poderá ser emendada por proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, devendo a proposta ser discutida e votada no Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada, se obtiver três quintos dos votos dos congressistas;
- d) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.

Alternativa correta: B – Trata-se de disposição transitória.

4/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) o Supremo Tribunal Federal não tem competência para julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em confronto com a Constituição Federal;
- b) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente o litígio entre Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no País;
- c) a competência do Supremo Tribunal Federal para julgar os crimes praticados por membros de outros Poderes não alcança infrações de natureza infraconstitucional;
- d) a jurisdição constitucional é privativa do Supremo Tribunal Federal.

Alternativa correta: A

5/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) integrante do Poder Judiciário não está sujeito à responsabilidade por ato de improbidade administrativa;
- b) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento do erário, sem prejuízo da ação penal cabível;
- c) as sanções cominadas aos atos de improbidade administrativa excluem a responsabilidade penal;
- d) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar a ação de improbidade administrativa proposta contra autoridade sujeita à sua competência no crime;

Alternativa correta: B

6/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) os Ministros de Estado são processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns e nos de responsabilidade, inclusive nos crimes de responsabilidade conexos com os do Presidente e do vice-presidente da República;
- b) são requisitos essenciais para a investidura no cargo de Ministro de Estado: a- ser brasileiro nato ou naturalizado; b- ser maior de 21 anos; c- estar no exercício dos direitos políticos; d- ter prestado o serviço militar obrigatório;
- c) são passíveis de responsabilidade política, o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Ministros dos Tribunais Superiores, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União;
- d) qualquer cidadão no gozo dos seus direitos políticos tem legitimidade para oferecer denúncia contra o Presidente da República por crime de responsabilidade.

Alternativa correta: D

7/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) com relação aos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes, há exigência de que sejam previstos em lei complementar quanto aos impostos, não quanto aos demais tributos;
- b) a instituição de outras fontes para garantir a manutenção da seguridade social, além daquelas já previstas na Constituição, não pode ser feita por lei ordinária;
- c) as regras sobre prescrição e decadência inscritas no Código Tributário Nacional não são aplicáveis às contribuições sociais;
- d) os empréstimos compulsórios não se incluem entre as espécies tributárias.

Alternativa correta: B

8/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) a medida provisória não é hábil para instituir tributos e contribuições sociais;
- b) o Poder Executivo pode reeditar medida provisória rejeitada, desde que a rejeição não tenha sido acolhida pela maioria absoluta de qualquer das Casas do Congresso Nacional;
- c) o termo *a quo* do prazo de anterioridade mitigada é a data da medida provisória que institui o tributo e não a da lei de conversão;
- d) a imunidade tributária sobre livros, jornais e periódicos alcança todos os insumos destinado direta ou indiretamente à sua fabricação.

Alternativa correta: C

9/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) a nova Constituição revoga automaticamente todos os atos normativos editados na vigência da ordem anterior, havendo incompatibilidade formal;
- b) a lei anterior materialmente incompatível com a nova ordem constitucional está sujeita ao controle concentrado de constitucionalidade;
- c) o art. 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias revogou todos os dispositivos legais que delegavam ao Executivo ação normativa da competência do congresso Nacional, mas não impediu a recepção das norma validamente editadas na vigência da Constituição anterior;
- d) o fenômeno da recepção pressupõe a compatibilidade formal e material da lei anterior com a nova ordem constitucional.

Alternativa correta: C

10/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) as terras situadas na faixa de fronteira e os terrenos de marinha são propriedade da União;
- b) são brasileiros os nascidos no estrangeiro que venham residir no País antes de atingir a maioridade e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- c) a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direito, salvo para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, em caso de vacâncias dos cargos, nos dois últimos anos do período presidencial;
- d) a suspensão dos direitos políticos não se aplica ao condenado beneficiado pelo *sursis*.

Alternativa correta: C

11/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) o Poder Judiciário está sujeito ao controle externo do Tribunal de Contas das União em matéria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
- b) gozando de autonomia administrativa e financeira, o Poder Judiciário está imune de controle pelo Tribunal de Contas;
- c) a autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário não é absoluta, estando, pois, sujeita à fiscalização do tribunal de Contas apenas quanto à admissão de pessoal, aposentadorias e pensões;
- d) as unidades administrativas do Poder Judiciário estão sujeitas ao controle interno e ao externo do Tribunal de Contas, este, porém, só quando requisitado pelo próprio Poder.

Alternativa correta: A

12/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinale a alternativa correta:

- a) a inviolabilidade do parlamentar por suas opiniões, palavras e votos estende-se aos crimes conexos, desde que praticados no exercício do mandato;
- b) os deputados e os senadores nunca podem ser presos em flagrante, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa;
- c) os deputados e os senadores só perderão o seu mandato por procedimento incompatível com o decoro parlamentar após decisão da maioria absoluta de sua Casa, por voto secreto, em processo iniciado mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido representado no Congresso Nacional, com direito à mais ampla defesa;
- d) a condenação criminal transitada em julgado por crime praticado com abuso de poder acarreta automaticamente a perda do mandato eletivo.

Alternativa correta: C – art. 55º, § 2º

13/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) o princípio da valorização dos profissionais do ensino e a garantia do plano de carreira para o magistério público são incompatíveis com o ingresso de professor em cargo diverso do inicial da carreira, ainda que por concurso público;
- b) a lei pode, desde que o faça de modo razoável, estabelecer limite mínimo e máximo de idade para ingresso em funções, empregos e cargos públicos;
- c) o exame psicotécnico, por seu caráter eminentemente subjetivo, não é compatível com o princípio da impessoalidade nos concursos públicos;
- d) o princípio da hierarquia das normas constitucionais autoriza a declaração de inconstitucionalidade de regras da própria Constituição em confronto com as suas cláusulas pétreas.

Alternativa correta: B

14/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) a usucapião de área urbana de até 250 metros quadrados tem como termo inicial do seu prazo a data da posse, mesmo que anterior à Constituição Federal de 1988;
- b) o princípio da justa indenização na desapropriação foi excepcionado quanto aos precatórios judiciais pendentes na data da promulgação da Constituição de 1988, que a partir de então deixaram de render novos juros moratórios e compensatórios;
- c) a declaração de utilidade pública não impede a realização de obras no imóvel atingido, nem exclui a indenização de todas as benfeitorias nele encontradas no momento da desapropriação;
- d) a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária deve ser proposta dentro do prazo de dois anos, contado da publicação do ato declaratório na comarca da situação do bem.

Alternativa correta: B – art. 33 do ADCT

15/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Constitucional.

Assinalar a alternativa correta:

- a) embora cometido o crime durante o exercício do mandato, compete ao juízo local de primeira instância julgar juiz classista da Justiça do Trabalho, aposentado;
- b) o crime eleitoral é reputado na técnica constitucional como crime de responsabilidade;
- c) compete ao Tribunal Regional Federal processar e julgar juiz do trabalho por crime doloso contra a vida;
- d) absorvido o réu pelo crime da competência federa, deve o processo ser remetido à Justiça local para o julgamento dos crimes conexos, que não se incluem isoladamente na competência absoluta da Justiça Federal.

Alternativa correta: C – art. 108, I, “a”

16/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Administrativo.

A referência à *cláusula rebus sic stantibus*, pela jurisprudência brasileira, como relativa ao contrato administrativo:

- a) quer dizer que, uma vez estabelecidas as suas cláusulas e condições, não se pode mais alterá-las, em qualquer hipótese;
- b) quer dizer que, se na execução dele sobrevier prejuízo imprevisível para uma das partes, decorrente de evento alheio ao seu comportamento e desproporcionalmente oneroso, o contratante poderá rompê-lo sem obrigação de ressarcimento em favor da outra parte;
- c) quer dizer que as obrigações e deveres dos contratantes se podem alterar em qualquer circunstância, desde que mantida a igualdade de condições contratuais;
- d) quer dizer que a teoria da imprevisão se aplica indistintamente aos contratos administrativos e de direito privado.

Alternativa correta: D

17/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Administrativo.

O prazo, para a administração anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para o destinatário:

- a) é de decadência e se consuma em cinco anos, salvo se há boa-fé deste;
- b) é de decadência e se consuma em 2 anos, desde que o administrado não tenha agido de má-fé;
- c) não é de decadência e se consuma em 5 anos contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- d) É de decadência e se consuma em 5 anos da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Alternativa correta: D

18/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Administrativo.

Para interposição de recurso administrativo sem efeito suspensivo, salvo disposição legal específica, o interessado dispõe;

- a) de 15 dias de prazo, contados da ciência ou divulgação oficial da decisão;
- b) de 15 dias de prazo, em dobro quando mais de um interessado, contados da intimação pessoal da decisão;
- c) de 15 dias de prazo, contados da intimação pessoal da decisão;
- d) de 10 dias de prazo, contados da ciência ou divulgação oficial da decisão.

Alternativa correta: D

19/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Administrativo.

O servidor público só é estável:

- a) após 2 anos de efetivo exercício, mas pode perder o cargo para redução de despesas da administração;
- b) após 2 anos de exercício, e só pode perder o cargo por motivo de sentença judicial transitada em julgado, ou de comprovada infração ou insuficiência funcional;
- c) após 3 anos de exercício efetivo, e só pode perder o cargo por motivo de sentença judicial transitada em julgado, por infração ou insuficiência funcional;
- d) após 3 anos de efetivo exercício, e pode perder o cargo por motivo de infração ou insuficiência funcional ou para redução de despesas.

Alternativa correta: D

20/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Administrativo.

A responsabilidade civil da concessionária de serviço público perante os usuários e terceiros, por todos os prejuízos causados:

- a) é integral, se não há fiscalização do poder concedente;
- b) é excluída, se há fiscalização do poder concedente;
- c) é atenuada, se há fiscalização do poder concedente;
- d) é integral, mesmo se há fiscalização do poder concedente.

Alternativa correta: D

21/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Administrativo.

Consideram-se manifestamente inexeqüíveis, no caso de licitações de menos preço para obras e serviços de engenharia:

- a) as propostas cujos valores sejam iguais ou inferiores a 70% do valor orçado pela administração;

- b) as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% do valor orçado pela administração;
- c) as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% do valor orçado pela administração, exceto com prestação de garantia adicional;
- d) as propostas cujos valores sejam iguais ou inferiores a 70% do valor orçado pela administração, a juízo da autoridade competente.

Alternativa correta: B – art. 48 da Lei 8.666

22/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Administrativo.

No julgamento da licitação para concessão de serviço público, poderá, conforme o caso ser considerado um dos seguintes critérios:

- a) melhor proposta técnica com preço fixado no edital, obedecidos os parâmetros nele estabelecidos;
- b) menor valor de tarifa do serviço, em qualquer hipótese;
- c) menor valor de tarifa e melhor técnica combinados, independentemente de parâmetro;
- d) liberdade de escolha pela administração, em caso de igualdade de condições das propostas, entre empresa brasileira e estrangeira.

Alternativa correta: A

23/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Administrativo.

Constituem “organizações sociais”:

- a) as pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, assim qualificadas por ato do poder público, destinadas às atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, cultura, da saúde e preservação ambiental;
- b) as pessoas jurídicas de direito público, sem fins econômicos, destinadas à pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico, cultura, da saúde e preservação ambiental;
- c) as entidades sem personalidade jurídica própria, assim qualificadas por ato do poder público, desde que destinadas a atividades de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico, cultural, da saúde e de preservação ambiental;
- d) qualquer pessoa ou entidade, assim declarada por ato do poder público, desde que dedicada a atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, cultura, da saúde e preservação ambiental.

Alternativa correta: A

24/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Administrativo.

Os danos causados, por atos ilícitos praticados por agente público titular de cargo em comissão, em prejuízo do Erário, poderão ser objeto de ação de ressarcimento:

- a) até cinco anos após a data dos fatos;
- b) até cinco anos após o término do exercício do cargo;
- c) até cinco anos após a apuração dos fatos;
- d) até cinco anos após a condenação definitiva do agente.

Alternativa correta: B

25/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Administrativo.

O reconhecimento administrativo de uma área de ocupação indígena imemorial, situada na região de Mata Atlântica, sobre imóveis de propriedade particular:

- a) importa em nulidade desta;
- b) importa em desapropriação “*ex lege*” do domínio, por força da afetação ambiental;
- c) importa em desapropriação “*ex lege*” do domínio, por força da afetação à proteção indígena;
- d) importa a incorporação imediata dessas áreas ao patrimônio da Fundação Nacional do Índio.

Alternativa correta: A

26/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

O princípio da não-cumulatividade:

- a) consiste em compensar-se o valor do imposto devido em cada operação com o montante efetivamente pago nas operações anteriores;
- b) impede que o tributo incida sobre o valor adicionado;
- c) consiste em compensar-se o valor do imposto devido em cada operação com o montante do imposto incidente nas operações anteriores;
- d) permite que o contribuinte se aproprie de qualquer crédito, ainda que decorrente da aquisição de bens de ativo fixo.

Alternativa correta: C

27/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

Considerar as seguintes afirmações, assinalando, adiante, a alternativa correta:

Segundo o parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal:

- I. O imposto de Importação incide sobre operações relativas a combustíveis e minerais do País;
- II. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) incide sobre as operações de energia elétrica;
- III. A Constituição para o financiamento da Seguridade Social (Confins) não incide sobre as operações relativas a combustíveis no País.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) apenas as alternativas II e III estão corretas;
- c) apenas a alternativa I está correta;
- d) apenas as alternativas I e II estão corretas.

Alternativa correta: D

28/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

Para efeitos de apuração da base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados, incidente sobre os produtos nacionais:

- a) não podem ser deduzidos do valor da operação os descontos, diferenças ou abatimentos concedidos a qualquer título, ainda que incondicionalmente;
- b) podem ser deduzidos do valor da operação os descontos, diferenças ou abatimentos, ainda que incondicionalmente;
- c) podem ser deduzidas as despesas financeiras embutidas no preço do produto;
- d) deve, obrigatoriamente, ser incluído o valor do IOF.

Alternativa correta: B

29/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

Considerar as seguintes afirmações, assinalando, adiante, a alternativa correta:

A fixação de prazos para o recolhimento de tributos:

- I. É matéria sujeita ao princípio da reserva legal, não podendo ser regulada por ato da Administração;
- II. É matéria que só pode ser regulada em nível constitucional;
- III. É matéria não sujeita ao princípio da reserva legal, podendo ser regulada por ato da Administração.

- a) apenas as alternativas I e II estão corretas;
- b) apenas a alternativa I está correta;
- c) apenas a alternativa II está correta;
- d) apenas a alternativa III está correta;

Alternativa correta: D

30/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

Considerar as seguintes afirmações, assinalando, adiante, a alternativa correta:

A compensação, de que trata o artigo 66, da Lei 8.383/91, de tributos ou contribuições, sob administração da Receita Federal;

- I. Só tem lugar quando, previamente, existe liquidez e certeza do crédito a ser utilizado;
- II. É cabível para quaisquer tributos ou contribuições, ainda que de espécie e destinação orçamentária distintas;
- III. Só tem lugar quando se tratar de tributos da mesma espécie e natureza jurídica.

- a) apenas a alternativa III está correta;
- b) apenas as alternativas I e II estão corretas;
- c) apenas a alternativa I está correta;
- d) apenas a alternativa II está correta.

Alternativa correta: A

31/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

Considerar as seguintes afirmações, assinalando, adiante, a alternativa, correta:

- I. Não tendo havido homologação expressa, a extinção do direito de pleitear restituição só ocorrerá pós decorridos cinco anos, contados da data da homologação tácita;
 - II. Não havendo homologação expressa, a extinção do direito de pleitear a restituição só ocorrerá em dez anos, contados da data da homologação tácita;
 - III. Havendo homologação expressa, a extinção do direito de pleitear restituição ocorrerá após decorridos dois anos, contados daquele ato administrativo.
- a) todas as alternativas estão corretas;
 - b) apenas a alternativa I está correta;
 - c) apenas a alternativa II está correta;
 - d) apenas as alternativas I e III estão corretas.

Alternativa correta: B

32/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

No âmbito da legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, a autoridade fiscal competente procederá ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo sempre que o valor dos créditos tributários de sua responsabilidade for superior a:

- a) cinquenta por cento das ações de companhias, de sua propriedade;
- b) trinta por cento do seu patrimônio conhecido;
- c) vinte e cinco por cento dos seus bens imóveis, matriculados no ofício imobiliário;
- d) trinta por cento dos valores dos depósitos bancários.

Alternativa correta: B

33/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

O Contribuinte tem direito à obtenção da certidão de que tratam os artigos 205 e 506 do Código Tributário Nacional, nos seguintes casos:

- a) Inscrito em dívida ativa, o débito ainda não foi objeto de execução;
- b) definitivo o débito, pende de inscrição em dívida ativa;
- c) realizada a compensação, no âmbito do lançamento por homologação, esta é precedida de comunicação ao fisco;
- d) após ingressar com ação para anular o débito inscrito em dívida ativa.

Alternativa correta: C

34/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

A Constituição para o Financiamento da Seguridade Social (Confins) incide exclusivamente sobre:

- a) o faturamento;
- b) a receita ou faturamento;
- c) a receita, faturamento e lucro;
- d) o lucro.

Alternativa correta: B

35/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

Considerar as seguintes afirmações, assinalando, adiante, a alternativa correta:

São contribuintes da contribuição social de que trata o artigo 195, inciso I, da Constituição Federal:

- I. os empregadores, exclusivamente;
- II. apenas os empregadores e os empregados;
- III. os empregadores, as empresas e as entidades a elas equiparadas.

- a) apenas a alternativa II está correta;
- b) apenas a alternativa I está correta;
- c) as três alternativas estão incorretas;
- d) apenas a alternativa III está correta.

Alternativa correta: D

36/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

A aquisição de insumos isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, empregados na industrialização de produto tributado:

- a) gera crédito presumido do imposto;

- b) não gera crédito porque o imposto não foi pago na aquisição do insumo;
- c) gera crédito, que no entanto tem de ser obrigatoriamente anulado;
- d) implica em diferimento da incidência.

Alternativa correta: A

37/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

No âmbito do Imposto de Importação, para efeitos de fixação da respectiva base de cálculo, o preço de referência será estabelecido quando:

- a) existir produção interna similar;
- b) a importação for proveniente de países com os quais não exista tratado proibindo a dupla tributação;
- c) ocorrer acentuada disparidade de preços de importação de mercadorias oriundas de várias procedências, de tal maneira que prejudique ou venha a prejudicar a produção interna similar;
- d) a importação for originária de países integrantes do Mercosul.

Alternativa correta: C

38/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

Considerar as seguintes afirmações, assinalando, adiante, a alternativa correta:

O depósito de ouro, em cofres mantidos por bancos comerciais, destinado a servir como insumo industrial, é fato gerador do:

- I. Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), porque o ouro é um ativo financeiro;
 - II Imposto de Renda, porque evidencia sinais exteriores de riqueza;
 - III Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), porque o depósito é uma operação de circulação.
- a) apenas a alternativa I está correta;
 - b) apenas a alternativa III está correta;
 - c) apenas as alternativas I e III estão corretas;
 - d) as três alternativas estão incorretas.

Alternativa correta: D

39/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

Considerar as seguintes afirmações, assinalando, adiante, a alternativa correta:

- I. A lavratura do auto de infração, pela autoridade fiscal, é apenas o início da constituição da obrigação tributária;
 - II. Com a notificação do auto de infração, consuma-se o lançamento do crédito tributário;
 - III. Somente com a decisão definitiva, no âmbito administrativo, é que se consuma o lançamento do crédito tributário.
- a) apenas a alternativa I está correta;
 - b) apenas a alternativa II está correta;
 - c) as três alternativas estão incorretas;
 - d) apenas as alternativas I e II estão corretas.

Alternativa correta: B

40/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Tributário.

Segundo a legislação tributária vigente, a concessão de liminar em mandado de segurança, nos termos do artigo 151, inciso IV; do Código Tributário Nacional:

- a) impede o lançamento do crédito tributário para prevenir a decadência;
- b) impede a administração de efetuar exame nos livros fiscais do contribuinte;
- c) não impede o lançamento do crédito tributário para prevenir a decadência, mas obsta a inclusão de multa de ofício;
- d) impede a superior instância de cassar a ordem do juiz.

Alternativa correta: C

41/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Penal.

Crimes complexos em sentido estrito são:

- a) os que por sua conceituação típica, exigem dois ou mais agentes para a prática da conduta delituosa;

- b) os que a lei exige, simultaneamente, uma situação de dano e de perigo;
- c) os que o tipo penal contém várias modalidades de conduta, em vários verbos, qualquer deles caracterizando a prática de crime;
- d) os que encerram dois ou mais tipos em uma única descrição legal.

Alternativa correta: D

42/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Penal.

A anistia, causa de extinção da punibilidade prevista no art. 107, inc. II do Código Penal:

- a) extingue os efeitos penais a partir da data em que é concedida;
- b) extingue os efeitos penais dos fatos delituosos cometidos a partir da data em que é concedida;
- c) extingue os efeitos penais, inclusive por fatos praticados antes da sua vigência mesmo que haja decisão transitada em julgado;
- d) extingue os efeitos penais, inclusive por fatos praticados antes da sua vigência, exceto os alcançados pela coisa julgada.

Alternativa correta: C

43/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Penal.

Presentes os requisitos legais, o crime de peculato (Cód. Penal, art. 312), punido com pena de 2 a 12 anos de reclusão:

- a) não admite substituição da pena corporal por pena restritiva de direitos, porque a pena, em abstrato, supera 10 anos de reclusão;
- b) não admite substituição da pena corporal por pena restritiva de direitos por tratar-se de crime praticado contra a administração pública;
- c) só admite substituição da pena corporal por pena restritiva de direito, se praticado na forma culposa;
- d) admite substituição da pena corporal por pena restritiva de direitos, desde que a pena imposta não seja superior a 4 anos.

Alternativa correta: D

44/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Penal.

Artênio Guaspim pratica crime de omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias em caráter continuado, de julho de 1990 a janeiro de 1992, portanto, sob a vigência da Lei 8.137/90 até julho de 1991 e, a partir daí, sob a regência da Lei 8.212/91, cuja pena é mais severa. Na dosagem da pena o juiz deverá:

- a) aplicá-la com o aumento previsto para o crime continuado, porém com base na lei mais benigna, ou seja, a 8.137/90;
- b) aplicá-la em duas etapas (lei mais benigna e lei mais severa), somando-as depois em concurso material;
- c) aplicá-la com o aumento previsto para o crime continuado, porém com base na lei mais severa, ou seja a 8.212/91;
- d) aplicá-la em duas etapas (lei mais benigna e lei mais severa), acrescendo-as depois em concurso formal.

Alternativa correta: C

45/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Penal.

O advogado constituído que se mostra negligente na defesa de seu cliente em ação penal, não apresentando defesa prévia, não comparecendo à audiência e nem se manifestando na fase do art. 500 do Código de Processo Penal:

- a) comete crime de prevaricação (CP, art. 319);
- b) comete crime de patrocínio infiel (CP, art. 355);
- c) não comete crime algum, mas mera infração disciplinar;
- d) comete crime de exercício de atividade com infração de decisão administrativa (CP, art. 205).

Alternativa correta: C

46/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Penal.

A lei penal brasileira, quanto à responsabilidade das pessoas jurídicas, estabelece que:

- a) elas são responsáveis pela prática de crimes contra a ordem econômica e o meio ambiente;
- b) elas são responsáveis pela prática de crimes contra o meio ambiente;
- c) elas não são penalmente responsáveis, pois só as pessoas físicas podem cometer crimes;
- d) elas não são responsáveis porque não existe previsão a respeito na Constituição Federal e na Legislação.

Alternativa correta: B

47/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Penal.

Anátoclas Papa, estrangeiro, defendendo-se em processo administrativo de expulsão do território nacional utiliza documento reconhecidamente, falso, infringindo o art. 304 do Código Penal. O início do prazo de prescrição do crime deve ser contado:

- a) a partir da data do conhecimento da falsidade pela autoridade administrativa;
- b) a partir da data do uso do documento;
- c) a partir da data do conhecimento da falsidade por qualquer autoridade pública, administrativa ou judiciária;
- d) a partir da data da efetiva falsificação do documento.

Alternativa correta: B

48/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Civil.

62. Assinalar a alternativa correta:

- a) os atos humanos só podem entrar no mundo jurídico como atos, jamais como fatos;
- b) tanto no ato jurídico *stricto sensu* quanto no negócio jurídico, os efeitos decorrem *ex voluntate* enquanto nos atos-fatos os efeitos decorrem *ex lege*;
- c) o pagamento constitui negócio jurídico;
- d) o direito à preempção é exercitável mediante negócio jurídico unilateral.

Alternativa correta: anulada

49/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Civil.

63. Assinalar a alternativa correta:

- a) a violação positiva de contrato ocorre quando o adimplemento é defeituoso;
- b) o Direito brasileiro não acolheu o princípio da lesão entre as causas que ensejam a revisão judicial dos contratos;
- c) a fiança caracteriza contrato unilateral, porém não necessariamente expresso por escrito, judicial dos contratos;
- d) na alienação fiduciária em garantia, a mora não se constitui *ex re*, devendo ser precedida de interpelação.

Alternativa correta: A

50/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Civil.

64. Assinalar a alternativa correta:

- a) o conceito de “pertença” indica a parte integrante não-essencial da coisa;
- b) o suplemento de idade *venia aetatis*, pelo pai e pela mãe, com a homologação do Juiz, é o ato jurídico constitutivo;
- c) a indivisibilidade do objeto significa a indivisibilidade da obrigação;
- d) a responsabilidade civil, no microsistema das relações de consumo, é sempre objetiva.

Alternativa correta: B

51/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Civil.

65. O direito da parte contratual de resolver contrato bilateral e sinalagmático, por inadimplemento do devedor, constitui:

- a) direito potestativo, ou formativo;
- b) faculdade jurídica;
- c) ônus jurídico;
- d) direito subjetivo *stricto sensu*.

Alternativa correta: A

52/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Civil.

66. Assinalar a alternativa correta:

- a) a incapacidade de exercício é o mesmo que a ilegitimidade para a prática do ato;
- b) resolvido o domínio por causa superveniente, entendem-se resolvidos os direitos reais adquiridos por título anterior à resolução;
- c) a *exceptio non adimplenti contractus* pode ser oposta no caso de descumprimento da prestação principal, à qual corresponde sinalagmaticamente a contraprestação, enquanto a *exceptio non rite adimplente contractus* pode ser oposta na hipótese de não cumprimento de deveres laterais que conduzem ao incumprimento imperfeito da obrigação;

d) é admissível a repetição do indébito para cumprir obrigação natural.

Alternativa correta: C

53/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Comercial.

85. Em matéria de direito societário:

- a) é admissível a formação de sociedade unipessoal sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada;
- b) é permitida a divisibilidade de ações, nas sociedades anônimas, restando os co-titulares solidariamente obrigados;
- c) a cisão numa sociedade anônima importa na transferência do patrimônio de uma sociedade para outra, ou para outras, conduzindo sempre à extinção da empresa cindida.
- d) Nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada, uma vez integralizado o capital social, não estarão os sócios sujeitos a completá-lo, caso o mesmo venha a ser diminuído por más transações.

Alternativa correta: D

54/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Comercial.

86. Em matéria contratual:

- a) reputa-se concluído o contrato comercial ajustado por correspondência desde a data da sua expedição, por parte do vendedor;
- b) no contrato de comissão mercantil o comissário, na sua atividade externa, age em *nomine suo*, assumindo perante terceiros as obrigações decorrentes;
- c) diante do seu especial caráter, o contrato de *leasing* só pode ter como objeto bens móveis;
- d) o contrato de *factoring*, ou faturização, é o contrato bancário ou financeiro que se aperfeiçoa entre a sociedade de *factoring* e uma empresa, pela qual a primeira obriga-se a adquirir os créditos da segunda, permanecendo esta, contudo, com os riscos do insucesso da cobrança.

Alternativa correta: B

55/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Previdenciário.

87. O salário-de-contribuição é calculado sobre o valor:

- a) das contribuições sociais recolhidas pela empresa e pelos seus empregados;
- b) da remuneração do segurado empregado;
- c) das contribuições de prognósticos de loterias;
- d) das contribuições sobre o lucro das empresas e da remuneração dos empregados.

Alternativa correta: B

56/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Previdenciário.

88. Os dependentes do segurado tem direito ao:

- a) salário-família;
- b) salário-maternidade;
- c) auxílio-doença;
- d) auxílio-reclusão.

Alternativa correta: D

57/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Previdenciário.

89. A assistência social garante a seguinte prestação:

- a) auxílio-acidente;
- b) aposentadoria por invalidez;
- c) auxílio-doença;
- d) renda mensal vitalícia.

Alternativa correta: D

58/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Previdenciário.

90. O tempo de serviço rural prestado antes de 24.07.1991 poderá ser computado para aposentadoria;

- a) desde que cumprido o período de carência, independentemente do recolhimento das contribuições correspondentes;
- b) independentemente de carência do recolhimento das contribuições respectivas;
- c) desde que comprove o recolhimentos das contribuições incidentes sobre a comercialização dos produtos agrícolas;
- d) desde que o trabalhador rural comprove a sua condição de chefe ou arrimo de família nos termos da Lei Complementar nº 11, de 1971.

Alternativa correta: A

59/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Previdenciário.

91. O trabalhador rural somente terá direito à aposentadoria por idade:

- a) se comprovar o recolhimento das contribuições incidentes sobre a comercialização dos produtos agrícolas;
- b) se comprovar labor agrícola correspondente ao período de carência e contar 60 anos de idade;
- c) se recolher as contribuições previdenciárias correspondentes ao período de carência;
- d) desde que indenize as contribuições devidas.

Alternativa correta: B

60/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Previdenciário.

92. A comprovação do tempo de serviço rural da mulher casada, em regime de economia familiar, que não possui documentos da atividade agrícola em seu nome, poderá ser feita:

- a) mediante a oitiva de testemunhas;
- b) por meio da exibição de documentos do marido e indenização das contribuições do período de carência;
- c) pela simples exibição dos documentos da atividade agrícola do marido;
- d) mediante a exibição dos documentos da atividade agrícola exercida pelo marido complementada por prova testemunhal.

Alternativa correta: D

61/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Previdenciário.

93. O segurado que exerce duas atividades como trabalhador autônomo tem direito de :

- a) incluir no cálculo do valor da aposentadoria a soma dos salários-de-contribuição de ambas quando completar o tempo de serviço em qualquer uma delas;
- b) adicionar um percentual dos salários-de-contribuição do período incompleto sobre o valor do período da atividade na qual o segurado implementou o tempo de serviço necessário à concessão do benefício;
- c) incluir no cálculo da aposentadoria o valor dos dois salários-de-contribuição somente quando completar o tempo de serviço em ambas as atividades;
- d) calcular o valor da aposentadoria com base nas contribuições da atividade cujo tempo de serviço mínimo foi implementado, com acréscimo de 50% no valor do benefício.

Alternativa correta: B

62/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Previdenciário.

94. Cipião contribuiu como empregado durante 20 anos. Após três anos sem atividade laboral voltou a contribuir como autônomo por cinco anos. Em 10.12.1998, ao completar 65 anos de idade:

- a) poderá requerer aposentadoria por idade;
- b) poderá requerer aposentadoria por tempo de serviço proporcional;
- c) não poderá aposentar-se porque perdeu a qualidade de segurado;
- d) somente poderá aposentar-se quando completar trinta anos de serviço.

Alternativa correta: A

63/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Previdenciário.

95. Na data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, o segurado masculino da previdência social que contava 31 anos de serviço e 45 anos de idade poderá aposentar-se:

- a) com valor integral desde que contribua durante um período de quatro anos;
- b) com valor proporcional ao tempo de serviço apenas quando completar 53 anos de idade;
- c) com valor proporcional independentemente da idade;
- d) com valor integrais desde que contribua durante cinco anos e dois meses, pelo menos.

Alternativa correta: C

64/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Previdenciário.

96. A Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998:

- a) manteve o regime único da previdência social;
- b) estabeleceu um sistema previdenciário exclusivamente privado em todos os setores (público e privado);
- c) extinguiu o valor teto dos benefícios;
- d) extinguiu, com ressalva, as aposentadorias por tempo de serviço.

Alternativa correta: D

65/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

67. Assinalar a alternativa correta:

- a) toda pessoa que se acha no exercício de seus direitos tem *legitimatio ad causam*;
- b) os incapazes podem ser partes, mas não têm *legitimatio ad processum*;
- c) a mulher casada tem legitimidade processual, mas só pode demandar acerca de direitos reais imobiliário em litisconsócio (necessário) com o seu marido;
- d) o juiz só dará curador especial ao réu preso em caso de revelia.

Alternativa correta: B

66/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

68) Assinalar a alternativa correta:

- a) havendo interesse de menores relativamente incapazes, a falta de intervenção do Ministério Público só anulará o processo se não tiver sido regularmente assistidas por seus representantes legais;
- b) se o Ministério Público não recorre contra a sentença desfavorável aos interesses dos menores a quem devia defender, o processo fica eivado de nulidade passível de correção por ação rescisória;
- c) não se decreta a nulidade do processo por falta de intervenção do Ministério Público quando as partes não informaram o Juízo a existência de menores interessados na causa;
- d) a falta de intervenção do Ministério Público não acarreta a nulidade do processo, se os menores envolvidos na causa resultaram vitoriosos.

Alternativa correta: D

67/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

69) Assinalar a alternativa correta:

- a) o juiz que for parte em processo já definitivamente julgado está impedido de julgar causa substancialmente idêntica àquela de que participou;
- b) a suspeição argüida contra todos os membros do Tribunal Regional Federal desloca o conhecimento da exceção para a competência do STF;
- c) ultrapassado o prazo da contestação, não fica preclusa a faculdade de opor exceção de impedimento porque esta se funda em razões de ordem pública;
- d) o oferecimento de exceção de incompetência absoluta suspende o processo, mesmo que apresentada em peça autônoma.

Alternativa correta: C

68/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

70) Assinalar a alternativa correta:

- a) havendo indevida cumulação de ações, umas a competência federal e outras da competência estadual, deve o juiz, de plano, indeferir a petição inicial;
- b) a cumulação de pedidos só pode ser admitida quando, sendo compatíveis e conexas, o mesmo juízo for competente para conhecer de todos eles;
- c) o princípio da eventualidade impõe o réu o ônus de alegar, na contestação, toda a matéria útil a sua defesa, ficando dispensado do encargo, porém quando suscitar preliminares que tornem desnecessário o exame do mérito;
- d) verifica-se caso de cumulação sucessiva eventual quando o pedido formulado em segundo lugar depende da procedência do primeiro.

Alternativa correta: D

69/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

71) Assinalar a alternativa correta:

- a) ocorrendo a revelia, o réu pode intervir a qualquer tempo no processo e alegar proficuamente todas as defesas de direito que tiver;
- b) a revelia implica confissão ficta da União e acarreta automaticamente o julgamento antecipado da lide;
- c) não se aplica o efeito da revelia ao réu citado por edital, com hora certa ou pelo correio;
- d) para atender o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, deve o juiz, em qualquer hipótese, nomear curador especial ao réu revel.

Alternativa correta: A

70/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

72) Assinalar a alternativa correta:

- a) a ação declaratória incidental provoca a ampliação da competência do juízo da ação principal;

- b) contestados os fatos em que se funda o pedido, pode o réu requerer que sobre eles seja proferida sentença incidental, desde que o julgamento da causa dependa, no todo ou em parte, do seu reconhecimento inequívoco;
- c) a decisão sobre questão prejudicial só faz coisa julgada se, requerida a declaração incidental, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto para o julgamento da lide;
- d) indeferida a inicial da declaratória incidental, o autor poderá apelar, mas é facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão.

Alternativa correta: C

71/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

73. Assinalar a alternativa correta:

- a) a antecipação de tutela é inadmissível em ação declaratória negativa porque não se pode antecipar certeza jurídica;
- b) a antecipação de tutela é incompatível com o processo cautelar nem pode ser deferida em procedimento especial;
- c) caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, o juiz pode antecipar a tutela, ainda que inexistir qualquer risco de dano irreparável;
- d) presentes os requisitos do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*, o juiz está autorizado, em casos graves, a conceder de ofício a antecipação da tutela.

Alternativa correta: C

72/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

74. Assinalar a alternativa correta:

- a) estando suficientemente convencido sobre os fatos da causa, pode o juiz indeferir a prova requerida pelas partes, por economia processual;
- b) a carta precatória e a carta rogatória para a produção de prova não suspendem o processo, salvo quando expedidas antes do despacho saneador, mas nunca por período superior a um ano;
- c) o princípio da persuasão racional, em vigor no processo civil brasileiro, não impede que o juiz decida livremente com base no seu conhecimento pessoal dos fatos;
- d) a confissão e o reconhecimento jurídico do pedido são figuras equivalentes para todos os efeitos práticos.

Alternativa correta: B

73/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

75. Assinalar a alternativa correta:

- a) a sentença que condena o réu em quantia superior à que foi pedida caracteriza-se como *extra petita* e deve ser anulada pelo Tribunal;
- b) a coisa julgada não alcança os fatos declarados na sentença, salvo quando, a requerimento da parte, tenham sido objeto de sentença incidental;
- c) a chamada eficácia preclusiva da coisa julgada implica a imutabilidade da motivação da sentença, funcionando como elemento protetor do resultado do processo;
- d) a sentença faz coisa julgada entre as partes não podendo acarretar efeitos para terceiros estranhos ao processo.

Alternativa correta: C

74/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

76. Assinalar a alternativa correta:

- a) havendo decisão acerca de questão constitucional e inconstitucional, o recurso cabível é o extraordinário, que tem hierarquia superior ao especial, em atenção ao princípio da singularidade;
- b) os embargos declaratórios podem visar a efeitos infringentes, mas nesse caso não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos;
- c) o chamado “efeito translativo” permite que o Tribunal, na apelação contra sentença definitiva, reconheça a falta das condições da ação, mesmo que essa matéria tenha sido expressamente decidida no primeiro grau, salvo quando o réu aceitou a decisão;
- d) confirmada pela sentença a procedência do pedido relativo à tutela já antecipada provisoriamente, apelação não pode ter efeito suspensivo.

Alternativa correta: D

75/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

77. Assinalar a alternativa correta:

- a) na execução contra a Fazenda Pública, a penhora pode recair em bens dominicais indicados pela devedora;
- b) a prioridade dos créditos de natureza alimentar dispensa a expedição de precatória;
- c) a Fazenda Pública tem prazo em quádruplo para embargar a execução;
- d) a execução fiscal contra a Fazenda Pública rege-se pelo art. 730 do CPC e não pelas regras específicas da Lei nº 6.830/80.

Alternativa correta: D

76/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

78. Assinalar a alternativa correta:

- a) presentes os requisitos legais, o juiz pode conceder tutela cautelar proibindo a cobrança judicial de obrigação ilíquida;
- b) cessa a eficácia da medida cautelar fiscal, se a Fazenda Pública não promover a execução judicial da dívida ativa no prazo de 30 dias, contados da data da efetivação da medida concedida em procedimento preparatório;
- c) o recurso interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra a Fazenda Pública, que importe em outorga de vencimentos ou vantagens, será recebido sempre no duplo efeito;
- d) embora inserida no processo de execução, a penhora tem natureza essencialmente cautelar.

Alternativa correta: C

77/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

79. Assinalar a alternativa correta:

- a) a autoridade fiscal que se limita a expedir notificação para pagamento do tributo, em cumprimento de decisão do Conselho de Contribuintes não tem legitimidade passiva para responder mandado de segurança contra o ato;
- b) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, originariamente, os mandados de segurança contra atos dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais;
- c) a existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão de autoridade;
- d) a concessão de mandado de segurança em favor de servidor público autoriza a execução imediata dos créditos atrasados desde a data do ato coator.

Alternativa correta: C

78/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

80. Assinalar a alternativa correta:

- a) o arresto, como toda medida cautelar, conserva a sua eficácia até o trânsito em julgado da sentença condenatória;
- b) o princípio da fungibilidade autoriza o juiz a conceder medida cautelar diversa daquela pedida pelo autor;
- c) dispondo-se a prestar caução, fica o autor da cautelar dispensado de provar o risco de dano irreparável, pois, nessa hipótese, está afastado o *periculum in mora*;
- d) citado, poderá o réu na ação cautelar, contestar, reconvir ou promover ação declaratória incidental;

Alternativa correta: B

79/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

81. Assinalar a alternativa correta:

- a) as sociedades civis, entre elas os sindicatos, estão legitimados para promover ações civis públicas no interesse dos seus filiados;
- b) o agente do Ministério Público que presidir o inquérito civil fica impedido de promover a ação civil subsequente porque, presumidamente, já não tem a necessária isenção para o ato;
- c) todos os recursos, no processo da ação civil pública, de regra são despidos do efeito suspensivo;
- d) a sentença civil faz coisa julgada contra todos, salvo no caso de improcedência, podendo então o autor renovar o pedido, mas não com os mesmos fundamentos.

Alternativa correta: C

80/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

82. Assinalar a alternativa correta:

- a) a intermediação constitui requisito essencial dos atos de comércio;
- b) para o efeito de indenização, em caso de avaria, é exigível a vistoria judicial;
- c) a razão de a lei considerar comercial a sociedade anônima é que esta sempre tem fim lucrativo;

d) os atos de comércio só podem ser praticados por comerciantes.

Alternativa correta: C

81/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

83. Assinalar a alternativa correta:

- a) preposição, em Direito Comercial, corresponde ao mandato, no Direito Civil;
- b) a expressão “propriedade indústria”, caracterizando um dos elementos incorpóreos do fundo de comércio, não abrange, contudo, o uso dos nomes comerciais, títulos de estabelecimento e expressões de propaganda;
- c) a garantia do uso exclusivo do título do estabelecimento é tutelada por normas de responsabilidade civil e penal;
- d) quando o inventor é empregado, e decorrendo a invenção da natureza dos serviços prestados, a propriedade do invento resta sob condomínio, em iguais cotas, da empresa e do inventor.

Alternativa correta: C

82/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Civil.

84. Assinalar a alternativa correta:

- a) é inadmissível a falência do espólio do devedor comerciante;
- b) o protesto cambiário interrompe a prescrição;
- c) vigora no Direito Brasileiro, em matéria falimentar, o princípio da indivisibilidade do juízo;
- d) a novação é efeito da concordata.

Alternativa correta: C

83/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

48. Denunciadas três pessoas pela prática do crime de roubo, (CP, art. 157), estando duas presas em uma solta, em local incerto e não sabido, o juiz deverá determinar:

- a) a citação por meio de edital do réu que se evadiu, determinando a soltura dos demais;
- b) o prosseguimento da ação penal contra os réus presos, sem prejuízo dela ser retomada contra o desaparecido ainda não citado, desde que compareça aos autos ou seja localizado;
- c) o desmembramento do processo, a fim de que prossiga contra os réus presos e, em separado, a citação por edital do que se acha desaparecido;
- d) o desmembramento do processo, a fim de que prossiga contra os réus presos, determinando sua suspensão quanto ao denunciado solto ainda não citado, decretando sua prisão preventiva.

Alternativa correta: C

84/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

49. Alfredo Morini, servidor público municipal, comete crime de corrupção ativa em 2.1.1995. Ao proferir sentença, em 2.1.1997, o juiz condena-o a cumprir 1 ano e 6 meses de reclusão, concedendo “*sursis*”, e impõe-lhe como efeito da condenação a perda do cargo. Esta decisão deve ser considerada:

- a) errada porque inadmissível a perda do cargo na hipótese;
- b) correta porque o juiz tem o poder discricionário de determinar a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo;
- c) correta porque baseada na lei;
- d) errada porque a lei não permite a perda do cargo na hipótese, uma vez que foi concedido “*sursis*”.

Alternativa correta: A

85/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

50. O dentista que elabora declaração falsa de recebimento de honorários, a fim de propiciar a terceiro que não pague imposto de renda:

- a) comete crime de sonegação fiscal, condicionando-se a denúncia ao término do processo administrativo-tributário e a representação da autoridade administrativa;
- b) comete crime de sonegação fiscal, condicionando-se a denúncia ao término do processo administrativo-tributário;
- c) comete crime de sonegação fiscal não ficando a denúncia condicionada ao término do processo administrativo-tributário;
- d) não comete crime, mas apenas infração administrativa.

Alternativa correta: C

86/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

51. A competência para processar e julgar os crimes praticados contra a fauna silvestre, previsto nos arts. 29 e 31 da Lei 9.605/98, é da:

- a) Justiça Estadual;
- b) Justiça Estadual e Federal, solucionando-se em razão de haver ou não Vara Federal no local da infração;
- c) Justiça Federal;
- d) Justiça Federal, delegando-se a competência à Justiça Estadual nos locais em que não houver Vara Federal.

Alternativa correta: C

87/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

52. Nas ações penais de competência originária dos Tribunais o art. 89 da Lei 9.099/95, que prevê a suspensão do processo nos crimes cuja pena mínima for igual ou inferior a 1 ano:

- a) aplica-se normalmente, cabendo ao Ministério Público manifestar-se a respeito quando do oferecimento da denúncia;
- b) aplica-se apenas aos casos previstos do DL 201/67, que prevê crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores;
- c) não se aplica, porque referidos processos são regidos por lei especial (Lei 8.038/90) e ela não prevê o “*sursis*” processual.
- d) Não se aplica, porque as ações penais originárias dos Tribunais são sempre objeto de pena corporal superior a 1 ano.

Alternativa correta: A

88/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

53. Carta Testemunhal é:

- a) ato processual destinado a ouvir antecipadamente testemunhas cujo depoimento corra risco de tornar-se inviável no futuro;
- b) recurso contra decisão que denega outro recurso ou obsta sua expedição e seguimento;
- c) recurso contra decisão tomada em audiência de ouvida testemunhas;
- d) recurso contra decisão praticada em autos de carta precatória.

Alternativa correta: B

89/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

54. Se o Ministério Público ofereceu denúncia contra o réu, por infração ao art. 155, “caput” do Código Penal, descrevendo furto simples, e o juiz no momento de sentenciar, concluiu que o furto foi praticado com a qualificadora de rompimento de obstáculo (CP, art. 155, par. 2º, inc. I), o procedimento correto será:

- a) analisar a matéria apenas como furto simples, pois sendo o Ministério Público o titular da ação penal, o juiz não pode proferir sentença por tipo diverso do mencionado na denúncia;
- b) anular o processo “*ab initio*”, dando vista dos autos ao Ministério Público para que ofereça outra denúncia;
- c) decidir de plano, incluindo a qualificadora com rompimento de obstáculo, porque, segundo o art 385 do Código de Processo Penal, as agravantes podem ser reconhecidas, mesmo que não tenham sido alegadas;
- d) baixará o processo, dando vista dos autos ao Ministério Público, a fim de que possa aditar a denúncia, possibilitando, depois, vista à defesa para oferecer prova.

Alternativa correta: D

90/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

55. No sistema processual brasileiro, proferida sentença condenatória em primeira instância e reconhecida a prescrição da ação penal, pela pena aplicada na segunda instância, quanto aos efeitos civis é possível afirmar que:

- a) a condenação de primeira instância serve como princípio de prova da responsabilidade civil do réu, invertendo-se o ônus da prova;
- b) a condenação de primeira instância não gera efeitos civis, face ao reconhecimento da prescrição;
- c) a condenação de primeira instância elimina qualquer discussão sobre a culpa, fazendo, neste particular, coisa julgada;
- d) o reconhecimento da prescrição extingue a responsabilidade penal e a civil, impedindo nova discussão sob este aspecto.

Alternativa correta: B

91/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

56. No julgamento de crime de tentativa de homicídio pelo Tribunal do Júri, concluindo os jurados que o crime foi de lesões corporais leves, cabe ao juiz presidente;

- a) proferir sentença em seguida;
- b) baixar os autos em diligência para que as partes possam produzir provas e formular alegações finais;
- c) ordenar a conclusão dos autos para proferir sentença posteriormente;
- d) proferir imediatamente sentença condenatória, face à decisão dos jurados.

Alternativa correta: anulada

92/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

57. A escuta telefônica, como prova para fins penais:

- a) não é admitida em hipótese nenhuma;
- b) é admitida desde que autorizada pelo Ministério Público mediante representação da autoridade policial;
- c) é admitida desde que autorizada pelo juiz;
- d) é admitida desde que autorizada pelo juiz e feita a gravação em audiência judicial, sob o crivo do contraditório.

Alternativa correta: C

93/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

58. Pablo Gomes, autor de crime de tráfico de entorpecentes em Santana do Livramento, atravessa a fronteira e passa a residir em local sabido, na cidade de Rivera, Uruguai. Denunciado pelo Ministério Público, determinará o juiz:

- a) sua citação por edital com posterior suspensão do processo em caso de não comparecimento para ser interrogado;
- b) sua citação por mandado, uma vez que sendo os dois países partícipes do Tratado do MERCOSUL há pacto de colaboração judiciária que permite a providência;
- c) a sua prisão preventiva e a expedição de carta precatória para sua citação;
- d) sua citação por rogatória, suspendendo-se o prazo de prescrição até o seu cumprimento.

Alternativa correta: D

94/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

59. O réu citado pessoalmente que não comparece para ser interrogado e cuja revelia foi decretada:

- a) não será intimado para os demais atos do processo e não terá direito a ter defensor constituído;
- b) não será intimado para os demais atos do processo mas terá direito de ser defendido por defensor constituído;
- c) não será intimado para os demais atos do processo e a ação penal será suspensa, facultada a produção de provas cuja urgência esteja demonstrada;
- d) será intimado para os demais atos do processo, porém os prazos correrão em cartório, vedada a retirada dos autos por seu defensor.

Alternativa correta: B

95/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

60. Promover a saída de divisas para o exterior é crime contra o Sistema Financeiro Nacional que:

- a) não admite tentativa;
- b) só pode ser praticado por instituição financeira;
- c) consuma-se com a saída de divisas e admite tentativa;
- d) consuma-se com a omissão em comunicar ao Banco Central a remessa de divisas/

Alternativa correta: C

96/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Processual Penal.

61. O Delegado de Polícia que por excesso de trabalho retarda o andamento do inquérito policial com indiciado solto, concluindo-o em 160 dias quando o Código de Processo Penal, no art. 10 fixa o prazo de 30 dias:

- a) comete crime de prevaricação previsto no art. 319 do Código Penal;
- b) pratica a contravenção penal de omissão de comunicação de crime prevista no art. 66 da Lei das Contravenções Penais;
- c) não pratica qualquer crime ou contravenção;
- d) não pratica qualquer crime ou contravenção, exceto se não tiver requerido dilação de prazo ao juiz para a conclusão do inquérito.

Alternativa correta: C

97/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Internacional.

97. Assinalar a alternativa correta:

- a) “extradição” é o processo pelo qual um Estado expelle do seu território estrangeiro residente, em razão de crime ali praticado;
- b) no sistema brasileiro, o princípio da não-extradição tem vigência absoluta;
- c) para ser validamente exercido o direito do Estado de expulsar o estrangeiro que atente contra a segurança e a tranquilidade pública, este deve, previamente, comunicar ao Estado do qual o expulsando é nacional, a motivação do seu ato;
- d) se um agente da Organização das Nações Unidas, no exercício de suas funções, sofrer um dano em circunstâncias que impliquem a responsabilidade de um Estado, a ONU tem legitimidade para ajuizar reclamação internacional contra o governo responsável pelos danos causados a si e à vítima, eis que goza de personalidade internacional.

Alternativa correta: D

98/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Internacional.

98. Assinalar a alternativa correta:

- a) integram o objeto do Direito Internacional Público contemporâneo a proteção do meio ambiente, a luta pela erradicação da pobreza extrema e os temas ligados ao desenvolvimento ;
- b) as decisões judiciais da Corte Internacional de Justiça constituem o único meio para a determinação das regras de Direito Internacional;
- c) união pessoal, união real, Estado-cliente e confederação de Estados são formas de Estados compostos por coordenação;
- d) o Mercosul, muito embora tenha legitimidade para celebrar acordos, ainda não é entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Internacional;

Alternativa correta: A

99/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Internacional.

99. Assinalar a alternativa correta:

- a) a nacionalidade derivada ou secundária ocorre por força do *ius sanguinis*, isto é, a aquisição da nacionalidade dos pais à época do nascimento;
- b) a regra segundo a qual “o efeito temporal de uma mudança no direito aplicável é determinado por este direito” sofre exceção quando o Direito Intertemporal estrangeiro não respeita a ordem pública do foro, inclusive por desrespeito aos direitos adquiridos;
- c) segundo o atual regime constitucional, vigoram, em matéria de perda da nacionalidade brasileira, as chamadas “perda-incompatibilidade”, “perda-punição” e a “perda-mudança”;
- d) entre nós não é condição da naturalização a ruptura da nacionalidade anterior.

Alternativa correta: anulada

100/ 100 / VIII Concurso/ Dir. Internacional.

100. Assinalar a alternativa correta:

- a) segundo as regras do Direito Internacional, a expulsão de estrangeiro qualifica-se como pena e funda-se nos princípios que regem a segurança nacional;
- b) a residência no Brasil não é condição para que sejam estendidos aos estrangeiros direitos civis, tais como o direito de petição e do direito de ação;
- c) as incapacidades de gozo previstas na legislação estrangeira acompanham o estrangeiro residente no Brasil, mesmo que diversas das previstas na lei brasileira;
- d) ao portador de visto temporário é vedado o exercício de atividades remuneradas

Alternativa correta: B

INSTITUTO DOS JUÍZES FEDERAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IJUFE
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA FEDERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – EMSAFESC

GABARITO/ VIII CONCURSO JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO.

	A	B	C	D	E		A	B	C	D	E
1.		<u>X</u>				51.	<u>X</u>				
2.			<u>X</u>			52.			<u>X</u>		
3.		<u>X</u>				53.				<u>X</u>	
4.	<u>X</u>					54.		<u>X</u>			
5.		<u>X</u>				55.		<u>X</u>			
6.				<u>X</u>		56.				<u>X</u>	
7.		<u>X</u>				57.				<u>X</u>	
8.			<u>X</u>			58.	<u>X</u>				
9.			<u>X</u>			59.		<u>X</u>			
10.			<u>X</u>			60.				<u>X</u>	
11.	<u>X</u>					61.		<u>X</u>			
12.			<u>X</u>			62.	<u>X</u>				
13.		<u>X</u>				63.			<u>X</u>		
14.		<u>X</u>				64.				<u>X</u>	
15.			<u>X</u>			65.		<u>X</u>			
16.				<u>X</u>		66.				<u>X</u>	
17.				<u>X</u>		67.			<u>X</u>		
18.				<u>X</u>		68.				<u>X</u>	
19.				<u>X</u>		69.	<u>X</u>				
20.				<u>X</u>		70.			<u>X</u>		
21.		<u>X</u>				71.			<u>X</u>		
22.	<u>X</u>					72.		<u>X</u>			
23.	<u>X</u>					73.			<u>X</u>		
24.		<u>X</u>				74.				<u>X</u>	
25.	<u>X</u>					75.				<u>X</u>	
26.			<u>X</u>			76.			<u>X</u>		
27.				<u>X</u>		77.			<u>X</u>		
28.		<u>X</u>				78.		<u>X</u>			
29.				<u>X</u>		79.			<u>X</u>		
30.	<u>X</u>					80.			<u>X</u>		
31.		<u>X</u>				81.			<u>X</u>		
32.		<u>X</u>				82.			<u>X</u>		
33.			<u>X</u>			83.			<u>X</u>		
34.		<u>X</u>				84.	<u>X</u>				
35.				<u>X</u>		85.			<u>X</u>		
36.	<u>X</u>					86.			<u>X</u>		
37.			<u>X</u>			87.	<u>X</u>				
38.				<u>X</u>		88.		<u>X</u>			
39.		<u>X</u>				89.				<u>X</u>	
40.			<u>X</u>			90.		<u>X</u>			
41.				<u>X</u>		91.		<u>ANULADA</u>			
42.			<u>X</u>			92.			<u>X</u>		
43.				<u>X</u>		93.				<u>X</u>	
44.			<u>X</u>			94.		<u>X</u>			
45.			<u>X</u>			95.			<u>X</u>		
46.		<u>X</u>				96.			<u>X</u>		
47.		<u>X</u>				97.				<u>X</u>	
48.			<u>ANULADA</u>			98.	<u>X</u>				
49.	<u>X</u>					99.			<u>ANULADA</u>		
50.		<u>X</u>				100.		<u>X</u>			